

TRABALHO E AGRONEGÓCIO: DA DINÂMICA TERRITORIAL DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ-GO PARA A DINÂMICA AGRÍCOLA DO ESTADO DE GOIÁS

WORK AND AGRIBUSINESS: DYNAMICS LAND OF PRODUCTION OF SUGAR CANE IN THE MUNICIPALITY OF ITABERAÍ-GO FOR DYNAMIC STATE FARM GOIÁS

Ana Michelle Ferreira Tadeu dos Santos

Graduada em Licenciatura em Geografia pela UEG-
Universidade Estadual de Goiás

Unidade Universitária de Goiás - anamichele_alfa@hotmail.com

Francilane Eulália de Souza

Mestre em Geografia pela UFG e docente de Licenciatura em Geografia pela UEG-
Unidade Universitária de Formosa

francilanee@hotmail.com

O AÇÚCAR

O branco açúcar que adoçará meu café nesta manhã de Ipanema não foi produzido por mim nem surgiu dentro do açucareiro por milagre. [...] Este açúcar era cana e veio dos canaviais extensos que não nascem por acaso no regaço do vale. Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro com que adoço meu café esta manhã de Ipanema.

(GULLAR, 1983, p.60).

Resumo

O objetivo nessa pesquisa é revelar a superexploração que envolve o trabalho no corte da cana-de-açúcar, retratando a situação do trabalhador canavieiro no panorama do agronegócio no município de Itaberaí (GO). Nesse cenário, o agronegócio e o trabalho são elementos que compõem a expansão da fronteira agrícola canavieira que é caracterizada pela precarização das condições dos trabalhadores. Nesse processo, a pesquisa bibliográfica foi imprescindível para suscitar análises, assim como a coleta de dados e informações em jornais e revistas para discutir como se constitui o território do agronegócio ligado a monocultura da cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO). A pesquisa de campo foi realizada no sindicato dos trabalhadores rurais para desvendar como é o trabalho nos canaviais e também com os trabalhadores no escritório da empresa Centroálcool e no terminal do trabalhador Luiz A. Ório durante o momento que eles se concentram nesses lugares para serem conduzidos até os canaviais. Após análises e reflexões, percebemos que a superexploração é uma constante no quadro que compõe as relações de trabalho no cultivo da lavoura de cana-de-açúcar, que são marcadas pela degradação do trabalhador.

Palavras-chave: Trabalhador. Agronegócio. Superexploração. Município de Itaberaí (GO).

Abstrat

The objective of this research is to reveal the exploitation involving the work of cutting cane sugar, depicting the situation of workers in the panorama of sugar cane agribusiness in the municipality of Itaberaí (GO). In this scenario, agribusiness and labor are elements that make up the expansion of the agricultural frontier sugarcane which is characterized by the precarious conditions of workers. In this process, a literature search was essential to raise analyzes, as well as collecting data and information in newspapers and magazines to discuss what constitutes a territory of agribusiness on the monoculture of sugar cane in the municipality of Itaberaí (GO). The field research was conducted in the rural workers union to unravel how the work in the cane fields and with the workers in the firm Centroálcool and terminal worker Luiz A. Orio during the time they are concentrated in these places to be conducted to the cane fields. After analysis and reflection, we realize that overexploitation is a constant in the framework that makes labor relations in the cultivation of the crop of cane sugar, which are marked by the degradation of the worker.

Keywords: Agribusiness. Overexploitation. City of Itaberaí (GO).

Introdução

Analisar o trabalho no setor sucroalcooleiro é buscar alicerce para desvendar a lógica da exploração do sistema capitalista sobre os sujeitos que estão inseridos na produção do açúcar e do álcool. Destacamos que o sujeito dessa análise é o trabalhador assalariado no campo que é envolto nesse modo de produção degradante. Desse modo, o objetivo nessa pesquisa foi entender os impactos causados pelo cultivo da cana-de-açúcar sobre o trabalhador no panorama do agronegócio no município de Itaberaí (GO).

No recorte goiano da produção sucroalcooleira, o município de Itaberaí (GO) cresce e tem se tornado uma das grandes referências da cana no cenário agrícola goiano, sendo um polo potencial que alimenta e impulsiona esse mercado. Essa nova dinâmica agrícola nos levou a querer entender as singularidades presentes nos impactos sociais que a cana-de-açúcar representa para as questões agrárias goianas, particularmente nos instigou para a realização das análises ligadas às relações e as condições de trabalho que vêm sendo constituída no processo de cultivo da cana-de-açúcar. Vale ressaltar que pesquisa apresentada faz parte das discussões levantadas no Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Geografia sob a orientação da docente Francilane Eulália de Souza¹.

Nesse processo, no primeiro momento a pesquisa bibliográfica foi utilizada para conceituar e debater as categorias de análise: trabalho, território e agronegócio, discutindo como se constitui o agronegócio da cana no Estado de Goiás e no município de Itaberaí (GO).

Também foi realizada pesquisa na internet para obtenção de estudos relacionados aos avanços teóricos, conceituais e metodológicos, que norteiam o mundo contemporâneo do trabalho no campo. Foi realizada coleta de dados e informações em jornais e periódicos acadêmicos que foram tomadas para apontar e analisar as principais características da monocultura, as atualidades da produção da cana-de-açúcar no Brasil, no Estado de Goiás e no município de Itaberaí (GO).

Em outro momento foi realizado pesquisas de campo no município de Itaberaí (GO), no sindicato dos trabalhadores rurais para realização de entrevistas semi-estruturadas com o presidente e o secretário e entrevistas semi-estruturadas e observações com os trabalhadores no escritório da empresa Centroálcool e no terminal do trabalhador Luiz A. Ório durante o momento que eles se concentram nesses lugares para serem conduzidos até os canaviais. Esses estudos de campo ocorreram durante os anos de 2010 e 2011.

A espacialização dos dados obtidos em campo foi de suma importância, dos quais foram elaborados a partir da produção de tabelas, gráficos e mapas para visualizar a presença da cana no Brasil, no Estado de Goiás e no município de Itaberaí (GO).

Após análises e reflexões ficou nítido que a superexploração é uma constante no quadro que compõe o trabalho no cultivo de cana-de-açúcar.

Os arranjos do capital para o agronegócio no Brasil

Partindo do pressuposto que o capital agroindustrial canavieiro tem produzido um conjunto de mudanças no mundo do trabalho que se expressam do ponto estrutural da sua dinâmica gerando conflitos entre capital x homem. Diante disso, ressaltamos que nessa pesquisa percebemos o agronegócio não somente como um termo utilizado como modismo, usado para definir um modelo desenvolvimentista econômico agroindustrial, mas também como um modelo que possui uma carga ideológica para estabelecer a personificação do capitalismo na agricultura, explorando o homem.

Acrescentamos que o agronegócio e de modo particular o agronegócio canavieiro, se “veste” de um discurso vazio disseminando que é um modelo produtivo, que gera emprego, maior produtividade, novas tecnologias, rentabilidade e ainda, que é necessário para o campo, tentando assim mascarar o que traz na sua essência, que é a lógica industrial de produção e acumulação de riqueza por meio da expropriação e da exploração do trabalhador no campo.

Analisamos então que na sua dinâmica estrutural o agronegócio só existe porque ele desterritorializa os indivíduos, desconstruindo territorialmente os sujeitos que possuem relação de sobrevivência com o campo, ou seja, o agronegócio explora o outro como sendo isso parte da sua lógica de construção e soberania.

Nessas bases, o agronegócio sucroalcooleiro se estabelece no campo impulsionado pelo Programa Nacional de Álcool (PRÓALCOOL). Nesse cenário, o lançamento dos carros flex-fuel² significa o firmamento de discursos velhos e retrógrados, dos quais a finalidade é convencer que existe preocupação com a disponibilidade e variação dos preços dos combustíveis fósseis, preocupação com o meio-ambiente e com o aquecimento global. Esses discursos.

Toda essa dinâmica ocorre quase que em uma escala global e para entender todo essa dinâmica, analisaremos na próxima seção o município de Itaberaí (GO) como território da apropriação do agronegócio sucroalcooleiro no Estado de Goiás.

O conceito e a essência do agronegócio

Sobre o surgimento do termo agronegócio, Fernandes e Welch (2008) afirmam que a primeira formulação foi de David e Goldberg em 1957, dois economistas americanos que ao publicarem um artigo começam a influenciar autores brasileiros a utilizarem essa terminologia para analisar as relações de produção no campo a partir da modernização e da industrialização. Ainda, Oliveira (2009) acrescenta que o termo agronegócio foi difundido nos Estados Unidos nos anos 1950, mas enquanto modelo já existia desde o século XIX.

Para Fernandes e Welch (2008) *agribusines*, termo americano para agronegócio, é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças, o qual se constitui na relação da produção a montante e a jusante. Sobre isso Guimarães

(1979, p.134) diz que “as duas indústrias, a montante e a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura, o agronegócio”. Assim sendo, Oliveira (2009) acrescenta que o agronegócio é a ideia de interdependência e de entrelaçamento dos vários elos que constituem uma cadeia produtiva. Desse modo, sobre o termo agronegócio Souza (2011, p. 62) ressalta que além da indústria a montante e a jusante da agricultura presentes na configuração do Complexo Agroindustrial “a presença do mercado e das finanças motivou um nome novo para o complexo, que passou a ser denominado de agronegócio”.

Em suma, Souza (2011) analisa que o termo agronegócio, vem sendo tratado como um conjunto de atividades ligadas à agropecuária, tais como: suprimento, produção, transformação, acondicionamento, armazenamento, distribuição e consumo.

Assim as indústrias que compõem essa nova dinâmica da agricultura brasileira estão a montante e a jusante. Desse modo, Haesbaert refletindo sobre a indústria na agricultura acrescenta que

A agricultura, assim, é subordinada “para trás” pela lógica industrial através do fornecimento de insumos – mais importante ainda na moderna agricultura da soja no cerrado pelos solos de baixa fertilidade natural e elevada acidez. Além disso, a rede de dependência “para frente” se manifesta na medida em que as agroindústrias dirigem os fluxos comerciais com imposições técnicas de qualidade dos produtos, além de, muitas vezes, imporem os próprios preços. (HAESBAERT, 1997, p.135).

Analisamos que na sua dinâmica estrutural o agronegócio só existe porque ele desterritorializa os indivíduos, desconstruindo territorialmente os sujeitos que possuem relação de sobrevivência com o campo, ou seja, o agronegócio explora o outro como sendo isso parte da sua lógica de construção e soberania. Sintetizando isso Martins (1995, p. 160) afirma que “[...] o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital”.

É importante também salientar que nesse sistema econômico, social, cultural e ideológico do agronegócio, a mídia tem papel importante para difundir resultados atribuindo-os à “façanha” agroindustrial. Oliveira (2009) refletindo sobre a influência que a mídia exerce para a valorização do agronegócio afirma que estrategicamente o agronegócio se apropria dos resultados da produção agropecuária, como se o mérito da

produção neste país fosse só seu, negando a agricultura camponesa, que é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos.

O agronegócio não é fruto interno de si mesmo. Esse modelo de organização de produção e das relações que se estabelecem a cerca do campo é reflexo de uma dinâmica produzida pelo capital, no modo de produção capitalista. Assim sendo, o agronegócio é uma vertente do capitalismo, onde a sua “tendência é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz”. (MARTINS, 1995, p. 160).

Antes de adentrar na discussão específica do agronegócio da cana/álcool é importante entender que o conceito de Complexo agroindustrial foi pressuposto formador para o conceito de agronegócio. Sobre essa relação entre Complexo Agroindustrial (CAI), Souza (2011, p. 62) discorre que “o conceito de agronegócio vem sendo constantemente tratado como se não fosse o conceito de complexo agroindustrial, entretanto ambos guardam muitas semelhanças e se fundem/confundem-se”.

Essa discussão nos leva a refletir que o CAI, nos moldes que se conhece nasce em um contexto que remete o tempo onde o Brasil era colônia e seguia a dinâmica do Complexo Agroindustrial. Sobre esse surgimento, Oliveira (2009) acrescenta que a sua origem está no antigo sistema de *plantation*, que tinha como base grandes propriedades destinadas à produção para exportação. Diga-se então que o agronegócio sucroalcooleiro nasce nos ramos da produção açucareira que visava a exportação.

Assim sendo, o “pontapé” inicial para a formação do Complexo Agroindustrial (CAI) é iniciado no complexo rural vigente nos tempos em que o Brasil ainda era colônia de Portugal.

De acordo com Kageyama et al (1990, p. 116) “a dinâmica do complexo rural era simples, determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior.” Havia somente um produto de valor comercial que variava com as necessidades do mercado externo, onde no interior das fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas também manufaturadas e principalmente para exportação, como exemplos tem-se o café e a cana-de-açúcar.

É relevante destacar que as relações de trabalho eram empreendidas com base na escravidão, que possuía a modalidade de exploração da força de trabalho baseada

diretamente na sujeição do trabalhador. Desse modo a divisão social do trabalho era incipiente, ou seja, as relações trabalhistas eram simples, em pouca quantidade e baseadas nessa mão-de-obra escrava negra. Nesse sistema, Martins (1995) relata que no regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crua e diretamente representados pelo lucro obtido pelo fazendeiro.

Nessa época os escravos, indivíduos que compunham o mundo do trabalho, eram vistos como mercadorias. Marin (2005, p.81) afirma que os escravos eram classificados como peças coisas ou mercadorias e assim “podiam ser submetidos a todas as relações decorrentes de propriedade, como a compra, a venda, a troca, o aluguel, o empréstimo, entre outras”. Nesse contexto as relações de mercado sobrepunham-se a quaisquer outros interesses ou valores éticos e humanitários, tendo em vista que não havia sanções legais e nem religiosas contra o regime escravocrata.

Por fatores ideologicamente preconceituosos a etnia negra foi tida como inferior e esse artifício sustentou o modo escravista de produção brasileira. Atualmente a cor da pele não se apresenta deliberadamente como um fator relevante na superexploração, contudo, ainda hoje os negros são a maioria no trabalho nos canaviais, o que difere nessa dinâmica de fato é a presença da escravidão como maneira plena de trabalho.

Nesse conjunto de relações sociais baseadas na exploração escravocrata negra, a produção de cana-de-açúcar no Brasil, como já adiantamos, começou não para a subsistência no mercado interno, mas, para o abastecimento do mercado externo, criando assim uma cultura que se estabelecia como instrumento mercadológico, sendo fonte motora de geração de riquezas para a metrópole, Portugal.

Nesse contexto de produção para exportação, os engenhos tiveram grande importância na dinâmica açucareira no Brasil constituindo-se como verdadeiras fábricas de ganhos financeiros para os donos dos engenhos e para Portugal, contando com a ampla e “escancarada” exploração dos trabalhadores.

A cana-de-açúcar foi de grande relevância no processo econômico brasileiro ao ponto da renda principal ser o cultivo de cana, o que desencadeou o primeiro ciclo econômico no país. Nessa dinâmica, o agronegócio brasileiro do açúcar foi caracterizado pelo latifúndio e mão-de-obra escrava.

O complexo rural entrou em crise, que foi desencadeada pela transição do trabalho escravo que até então era o que sustentava as relações trabalhistas do complexo rural para o trabalho livre, originada a partir da suspensão do tráfico negreiro pós 1850 além da lei de terras. Essa crise iniciou em 1850, como já foi dito, mas acelerou-se após a crise de 1929 e consolidou-se após cem anos do seu início, em 1950 (KAGEYAMA et al, 1990, p.117).

Nessa contextualização, percebemos que a modalidade de exploração do trabalhador, apesar de suas especificidades não se difere tanto dos tempos de trabalho escravo com o trabalho livre, já que nas duas modalidades a força de trabalho é o eixo que engrena a sujeição do trabalhador. As relações que se estabelecem entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado geram modificações para os trabalhadores que até então eram parte agregada ao produto, ou seja, não existia separação entre o trabalhador e a mercadoria. No trabalho assalariado separa-se o trabalhador da mercadoria que ele produz, dando valor ao trabalho, materializando esse valor na mercadoria que o trabalhador cria.

Nesse processo de mudanças nas relações de trabalho, no nordeste a usina, ainda rudimentar, substituiu o engenho, provocando o declínio e o fechamento de muitos desses engenhos que até então eram a única maneira de processar a cana-de-açúcar. Isso estabeleceu uma nova dinâmica de trabalho, onde o senhor de engenho se torna o produtor e a mão-de-obra que agora já não seria necessariamente escrava e negra.

A cultura canavieira continuou a se expandir a procura de novos territórios, visto que no nordeste, local inicial do cultivo já não havia mais condições se produzir como antes. O fato é que o solo, o meio ambiente, o ar e principalmente a mão-de-obra nordestina já não suportava tanta exploração. Os desgastes desses fatores foram tantos que o solo, em grande parte da região, se tornara infértil e os trabalhadores demasiadamente esgotados quanto à saúde.

Ainda Graciano Neto (1986) ressalta que o sistema monocultural de produção econômica canavieira presente nesse período, já provocava agressões sérias na natureza. Esse ciclo do cultivo da cana no nordeste brasileiro arrasou as terras, e ao contrário do que se pensa o autor ainda afirma que essas terras até então eram de grande fertilidade,

muito ricas em húmus e em nutrientes presentes em solos férteis. O autor fatalmente destaca que essa região, nascida para produzir alimentos, agora é o retrato da fome.

Essa dinâmica territorial da lavoura canavieira esteve em processo de transferência do nordeste para o Centro-Sul do país, chegando então às terras férteis do Nordeste Paulista e adentrando o Mato Grosso goiano. Sobre isso Gordinho (2010) afirma que

Com o *boom* do desenvolvimento pós-segunda guerra, o próprio Instituto do Açúcar e do Alcool abriu portas para produção aqui no Centro-Sul, que era a região que mais se desenvolvia e toda a questão da industrialização estava se dando principalmente em São Paulo. (GORDINHO, 2010, p.54).

Desde então, o setor sucroalcooleiro assumiu papel na economia nacional apresentando uma expansão contínua desencadeada principalmente pelo programa de incentivos do governo, como o Programa Nacional do Alcool (PRÓALCOOL).

Nessas bases, o agronegócio sucroalcooleiro se estabelece no campo e se expande. Adentraremos nesse assunto na próxima seção.

A escalada da expansão do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil

A origem do cultivo de cana-de-açúcar no Brasil passou por vários momentos de maior expansão e importância no cenário econômico. O primeiro momento foi o engenho, do qual tinha maior autonomia na produção e ocorria de maneira manufatura.

O segundo momento foi após a crise de 1929, com a obrigatoriedade de adição de 5% de álcool à gasolina, e com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, que surgiu como reflexos de reivindicações dos empresários do setor. Este órgão possuía a função de estabelecer cotas de produção e normas rígidas para todas as etapas do processo produtivo e de comercialização dos produtos nos mercados interno e externo.

O terceiro deles e o que de fato possibilitou e possibilita a expansão da lavoura canavieira foi a implantação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) com incentivos do Governo Federal em 1975, durante o governo Geisel, que tinha como objetivo aumentar a produção de álcool, através do aumento da oferta de matérias-primas, ampliação, modernização e instalação de novas unidades produtoras e armazenadoras de álcool.

Todos esses incentivos instauraram um quadro contínuo de crescimento da produção de lavoura da cana-de-açúcar que tende a abranger territórios de todo o país, entre eles está o Cerrado, o Estado de Goiás e o município de Itaberaí (GO). Esse crescimento é perceptível quando avalia que nos últimos anos a cana-de-açúcar obteve um crescimento de 47,9% na produção no período de 1995 a 2006, atingindo 19,6 bilhões de reais em 2006, o maior valor alcançado por uma cultura no Brasil. (BRASIL, 2006, p. 151).

De todas as etapas que a cultura da cana-de-açúcar passou, ela experimentou um real e um vigoroso crescimento com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 1975, cujo objetivo era estimular a produção do álcool, através da cana-de-açúcar, visando à substituição em larga escala dos derivados de petróleo, que tinham alcançado altos preços, configurando assim um quadro onde a lavoura temporária canavieira não pára de crescer. Segundo Brasil (2006) com o início do programa, em 10 anos, a produção nacional de cana-de-açúcar saltou de 80,0 milhões de toneladas para 229,9 milhões de toneladas e de álcool ainda mais, sendo 7,8 bilhões de litros.

A partir do ano de 2000, o Brasil vive uma nova expansão dos canaviais com o objetivo de oferecer o álcool em grande escala. A tecnologia dos motores bicombustíveis veio dar novo fôlego e promover o consumo interno de álcool.

Sobre a importância e a influência dos incentivos governamentais no sistema canavieiro, Silva (2008) ressalta que é preciso destacar que a configuração da produção alcooleira neste período foi determinada pelo incentivo do Governo Federal e Estadual, dando uma nova configuração à indústria sucroalcooleira.

Destacamos que a dinâmica do Estado de ser investidor e financiador do agronegócio sucroalcooleiro persiste e é o que tem permitido o seu crescimento, cabendo ao Estado o papel de patrono regularizando os preços. Já a estruturação do mercado está a cargo da iniciativa privada, ou seja, dos donos de usinas, plantações e postos de gasolinas, configurando assim o livre mercado.

Incentivos e acordos com as empresas e indústrias automobilísticas também fizeram com que crescesse substancialmente a demanda para carros movidos a álcool. Sobre isso Silva (2009) demonstra os benefícios creditados para consumidores de carro a álcool

Visto que o Governo reduziu os impostos, concedeu financiamento subsidiado e fixou o preço do álcool em 50% do da gasolina, passando posteriormente para 65% e 75% respectivamente. Além disso, o consumidor de carro a álcool pagava apenas 3% da Alíquota do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) enquanto que os proprietários de carro a gasolina contribuíam com 4%. (SILVA, 2009. p. 2).

Esses e outros tantos incentivos, agregados a mídia de propaganda, acabaram por consolidar assim um contexto que reafirma as bases tradicionais canavieiras associados ao capital da indústria automobilística. Assim, no Programa Nacional de Álcool (PROÁLCOOL) houve um crescimento significativo da produção alcooleira atrelada aos arranjos do agronegócio, culminando em criação das novas destilarias autônomas, muitas delas no Centro-Sul do Brasil, adentrado até então o tradicional estado pecuarista, o Estado de Goiás, expandindo o território canavieiro.

Poderia até aqui concluir que o PROÁLCOOL foi um grande projeto que deu enormes e perpétuos benefícios econômicos para o país. Contudo, aqui não cabe tamanha ingenuidade. Visto que esse programa evidenciou aspectos meramente econômicos desprezando as relações de trabalho que se constituem na esfera de produção do açúcar e do etanol, desse modo, reproduzindo a superexploração do trabalho e do trabalhador.

Concomitante com esse pensamento, Silva (2009) alerta que uma expansão tão rápida só foi possível à custa de grandes e graves distorções. Para ele

[...] o plano agrícola, provocou o excessivo crescimento de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do ponto de vista social. Mas, os seus efeitos no plano energético acabaram sendo talvez ainda mais destrutivos levando a agroindústria canavieira a um confronto direto, primeiro com a Petrobrás, depois com o Governo. (SILVA. 2009, p.2).

Com isso, o Programa Nacional de Álcool (PROÁLCOOL) direcionou para as áreas não tradicionais do setor alcooleiro suas lavouras. A ocupação de áreas pela lavoura canavieira, que anteriormente eram destinadas à pecuária e à atividade cafeeira, além da produção de grãos primários como arroz e o feijão, provocou significativas mudanças nas relações de trabalho, nas formas de exploração da terra e no valor comercial das mesmas, além de direcionar o uso da terra para a produção canavieira, deixando de lado a produção alimentícia, estimulando cada vez mais a expansão do território e dos arranjos do agronegócio canavieiro em toda a esfera nacional.

Com essa expansão são acentuadas antigas relações de trabalho, que ampliam a “soberania” do capital sobre o homem. Nesse contexto encontra-se o homem canavieiro pobre e sem recursos para se manter.

Assim, é importante discutir essa territorialização levantando a expansão do território sucroalcooleiro no Estado de Goiás para analisando as relações de exploração do trabalho no panorama do agronegócio canavieiro.

O município de Itaberaí (GO): expansão recente do território do agronegócio sucroalcooleiro no Estado de Goiás

O aumento da produção de cana-de-açúcar, no Estado de Goiás tem em seus municípios espaços vitais para a constituição do agronegócio sucroalcooleiro, ao ponto desse novo cenário abranger o município de Itaberaí (GO) como território do agronegócio canavieiro.

Esse contexto esta configurando o município de Itaberaí (GO) como território agrícola importante para o agronegócio sucroalcooleiro. Essa expansão canavieira impulsiona vários aspectos como o aumento de trabalhadores assalariados no campo.

O cultivo de cana-de-açúcar adentrou o cenário agrícola itaberino por volta da década de 1980 e substituiu por meio do arrendamento cultivos primários como o arroz e feijão. Tal fato é comprovado quando obtivemos a informação no sindicato dos trabalhadores rurais que o município possui cerca de 80% das suas terras arrendadas para o cultivo de cana, ocupando mais de 500 alqueires de terras. O presidente do sindicato também informou que ambas as empresas que cultivam cana não compraram terras no município, mas arrendam as terras com prazos de 10 até 20 anos.

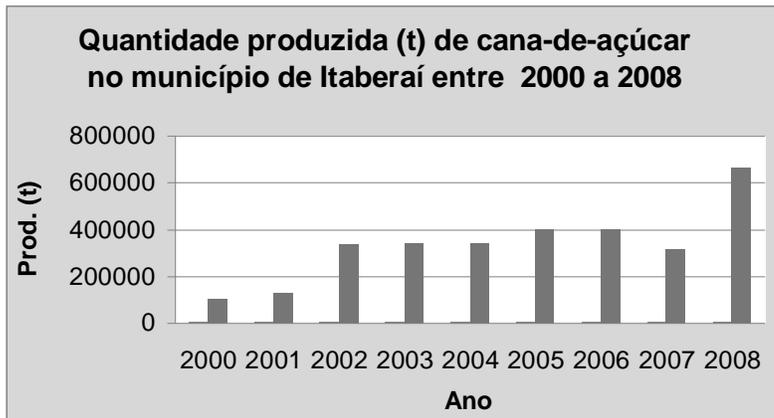
Ainda, o presidente do sindicato nos informou que cada vez mais o cultivo da lavoura de cana-de-açúcar tem crescido e as pequenas propriedades tem sido palco de arrendamentos longos que degradam a terra e quando finda esses contratos os pequenos proprietários resgatam as terras praticamente insalubres.

Esses arrendamentos, cada vez mais dominantes no município, tende a desarticular a lógica camponesa, como por exemplo, as relações estruturadas para a produção alimentícia baseada nas relações de trabalho entre familiares, transformando o município em mero produtor de *commoditie* como a cana-de-açúcar. Sobre os municípios

com características rentáveis para a exploração do agronegócio, a água é um fator relevante. No município de Itaberaí (GO) o plantio é muito irrigado e alguns cultivos têm avançado nas beirams dos leitos dos rios, adentrando cada vez mais nas terras e em algumas áreas de preservação ambiental, onde tal cultivo destrói as matas ciliares.

O período de plantação varia conforme os índices pluviométricos, ou seja, o período de chuva, sendo em média em a plantação em novembro e a colheita em março ou maio. O gráfico 1 demonstra o crescimento vertiginoso dessa cultura no município de Itaberaí (GO) entre o ano de 2000 e o ano de 2008.

Gráfico 1- Quantidade produzida (t) de cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO) entre 2000 a 2008



Fonte - SEPIN-GO (2010)

Org. – SANTOS, A. M. F. T. dos. (2011).

Percebemos que a quantidade de produção de cana-de-açúcar é grande e tem se alavancado com o decorrer dos anos, fortalecendo a produção nacional e intensificando o contingente de trabalhadores superexplorados pelo agronegócio sucroalcooleiro. Sobre o agronegócio no município de Itaberaí (GO), é nítido que esse modelo de produção já existia, mas com a cana-de-açúcar se configura um agronegócio que compõe toda uma dinâmica nacional e estadual baseada na monocultura.

As empresas que se utilizam da cana-de-açúcar produzida nos canaviais em Itaberaí (GO) e principalmente da mão-de-obra que é instalada nesse município são a Centroálcool com sede localizada em Inhumas e a Vale Verde, com sede em Itapuranga e a Anicuns S/A com sede em Americano do Brasil, ambas pertencem ao grupo Farias.

Comprovamos pela foto 1 que em 2007 há a intenção de implantar uma usina da empresa Vale Verde, do Grupo Farias.

Foto 1-Terras para implantação de usina no município de Itaberaí (GO)-2011



Autora- SANTOS, A. M. F. T. dos. (2011).

Na próxima seção nos dedicaremos a analisar o trabalho na perspectiva explorativa que ele se constitui para os trabalhadores canavieiros.

Analisando o trabalhado, enxergando a exploração

Um dos objetivos nessa pesquisa é contribuir para o entendimento do trabalho que se estabelecem nos canaviais, sendo que esse tem lugar central nas análises e é nesse caminho que refletimos sobre a realidade do trabalhador canavieiro. Assim, com todas as discussões e os levantamentos realizados, buscamos desvendar como se constitui as relações de trabalho entre o produtor e o trabalhador canavieiro no município de Itaberaí (GO), ou seja, entre o agronegócio e o trabalhador nesse município.

Sendo assim, temos a intenção de revelar o que fica oculto nessas relações, saindo do plano da aparência para averiguar o que fundamenta a essência do trabalho. Seguindo o conselho de Marx (1975, p. 196) que afirma que é momento de “[...] abandonarmos a esfera ruidosa, onde tudo ocorre na superfície e à vista de todos, para acompanhá-los ao local reservado da produção [...]”.

Assim as relações de trabalho no município de Itaberaí (GO) se estabelecem numa conjuntura onde agronegócio canavieiro se estabelece e obtêm lucros com base na exploração de uma mão-de-obra específica, caracterizada pela precarização e pela subalternidade imposta pela dinâmica do capital personificada nos enlaces do agronegócio sucroalcooleiro no Brasil e no Estado de Goiás.

Antes de elencar esses principais elementos é necessário mensurar quantos trabalhadores realizam trabalho assalariado no campo. Segundo pesquisa divulgada pelo Dieese (2007), estima-se que existam, no Brasil, cerca de 5 milhões de trabalhadores assalariados no campo. Dentre os envolvidos nos tratos culturais e na colheita de cana-de-açúcar são empregados em torno de um milhão de assalariados no Brasil, segundo fontes empresariais publicados pelo mesmo estudo realizado e divulgado pelo Dieese (2007). Entretanto mesmo diante dos números divulgados de trabalhadores assalariados no campo é difícil mensurar o número de trabalhadores envolvidos nesse cultivo, pois esses números são imprecisos, já que muitos cortadores de cana não possuem registros, sendo desse modo desconhecidos para as estatísticas e conseqüentemente para os direitos trabalhistas dos quais deveriam assegurar-los.

Esses tantos trabalhadores são superexplorados constantemente no que diz respeito às condições de trabalho e até mesmo no próprio trabalho que realizam nas usinas e nas lavouras canavieiras. Assim, para espacializar os principais problemas ligados a essa exploração apresentamos o quadro 1 com base em informações colhidas no jornal “O Popular”, que é um jornal de Goiânia, capital do Estado de Goiás que foi fundado em 1938. A periodicidade é diária e sua circulação se dá no Estado de Goiás, Tocantins, Distrito federal, Minas Gerais e Mato Grosso.

Quadro 1 – Principais problemas ligados a exploração do trabalhador canavieiro no Estado de Goiás-2010

Problemas	Detalhamento
Excesso de trabalho	Cargas horárias que chegam até 12 horas, buscando maior produtividade
Irregularidades no transporte dos trabalhadores	Falta de transporte adequado, sem segurança

Falta de instalações sanitárias no campo	As empresas não se preocupam em oferecer condições de higiene para os trabalhadores no campo
Falta de locais para os trabalhadores fazerem as refeições	Os trabalhadores fazem as refeições sentados no chão ou em cima de galões de água, sem qualquer acomodação
Discriminação	Os trabalhadores são vistos pela sociedade como mera mão-de-obra, discriminados como parte dessa sociedade
Máquinas sem proteção	A utilização de máquinas sem as devidas seguranças
Acidentes de trabalho no campo	Falta de treinamento para utilização de utensílios de trabalho, além da falta de equipamentos de segurança e até mesmo sem condição de uso
Falta de assistência médica	Não existe uma política médica que dê assistência aos trabalhadores no campo

Fonte - BLUMENSCHNEIN, C. Fiscalização pune usinas de álcool. **Jornal O popular**, Goiânia, 5 de out. 2010. Caderno Cidades, p.4.

Org. – SANTOS, A. M. F. T dos. (2011).

Nesse quadro observamos que os problemas ligados a exploração do cortador de cana são causados principalmente pela jornada excessiva, falta de manutenção de equipamentos e pelas várias situações relacionadas à saúde e segurança de trabalhadores.

Percebemos que esses produtores se escondem atrás de seus prepostos e ainda contam com a vantagem de que seus fornecedores não são vistoriados pelas certificadoras, durante a vigência da certificação, podendo, desse modo, até manipular dados e informações, para garantir a continuidade da certificação, durante as vistorias internas além da corrupção presente nas mais distintas esferas públicas.

As empresas não têm a preocupação em oferecer qualquer tipo de assistência ao cortador de cana-de-açúcar e isso tem causado muitos acidentes e até mortes nos canaviais. Segundo a Superintendência Regional do Trabalhador e Emprego do Estado de Goiás, em entrevista concebida para a repórter Blumenschein ao jornal “O Popular”, com o título da matéria “Fiscalização pune usinas de álcool” (5 de out. 2010 no caderno cidades, p.4) já ocorreram dezenas de acidentes graves do trabalho de corte de cana, resultando na morte de seis trabalhadores.

Reconhece que os números que envolvem morte, amputações e até trabalho em situação análoga nos canaviais, são mascarados e de difícil acesso. O motivo mais provável é que não haja de fato uma fiscalização que mensure de forma adequada esses casos ou que as empresas disponibilizam dados errôneos. Os números mesmos mascarados apontam para uma situação alarmante no setor relacionado ao corte de cana.

Nesse contexto, uma notícia vem ressaltar as condições dos trabalhadores quando fala de superexploração do cortador de cana-de-açúcar. Essa notícia foi vinculada no sítio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás (SRTE/GO) em 20 de setembro do ano de 2009. Nesse sentido, o Grupo Especial de Fiscalização Rural resgatou 35 trabalhadores em situação análoga à escravidão em uma fazenda no município de Minaçu, localizada a 504 quilômetros da capital Goiânia. Entre os resgatados estavam três adolescentes, sendo um de 15 anos e outros dois de 16 anos. Os fiscais relataram que

Os trabalhadores não tinham vínculo empregatício formal. A maioria mora na cidade de Minaçu e alguns deles viviam na própria fazenda. Um deles declarou que trabalha na localidade há mais de 12 anos. O auditor fiscal do trabalho e coordenador da operação, Roberto Mendes, informou que praticamente nenhum trabalhador usava equipamentos de proteção, exceto quando compravam com o próprio dinheiro, na cidade ou do empregador, que cobrava pelo fornecimento de foices, limas e botinas. (SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS, 2010).

Ainda, muitos casos de acidentes de trabalho foram informados pelos trabalhadores, inclusive com omissão de socorro, envolvendo intoxicações com agrotóxicos. O Grupo Especial de Fiscalização relatou que a comida fornecida era de péssima qualidade. Pela manhã, apenas café puro e no almoço e jantar arroz, feijão, mandioca e, às vezes, carne. "As condições de moradia são as piores já encontradas pelo grupo de fiscalização rural", destacou o auditor. Sobre as condições que se encontravam esses trabalhadores, a notícia destaca que

Em um alojamento alguns trabalhadores dormiam na varanda em pedaços de espumas velhas e muito fétidas e outros em redes instaladas na varanda sobre os que dormiam no chão. Fora do alojamento quatro trabalhadores dormiam embaixo de uma árvore, com duas mulheres e uma criança de 4 anos. Também não havia energia no local. (SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM GOIÁS, 2010).

Notícias assim só retratam a superexploração da força de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, que é uma constante, no cotidiano do processo de trabalho. Esse quadro de superexploração não só ao trabalho demasiadamente pesado que exija muito esforço físico do trabalhador, mas das condições que esses ficam alojados e as condições de vida, que para trabalhar e ter o sustento esses trabalhadores são expostos.

Outro elemento da superexploração de relevância que foi informado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Itaberaí (GO), é que além das empresas estabelecerem uma meta de produção, como condição para a contratação e a permanência dos trabalhadores, no corte de cana-de-açúcar (de 12 a 15 toneladas), ainda utiliza determinados artifícios para estimulá-los a aumentar sua produção.

Nesse sentido, podemos mencionar os sistemas de bonificação e de premiações implantados pelas empresas agroindustriais canavieiras, para “agraciar” os trabalhadores que conseguirem cortar mais toneladas de cana/dia.

Sobre o valor a ser pago pela cana-de-açúcar, a Convenção Coletiva de Trabalho no Setor Canavieiro Goiano (2011) estabelece que os preços devem ser estabelecidos previamente entre as partes (trabalhador x produtor). Nesse processo, muitos trabalhadores são lesados e buscam incessantemente cortar mais para receber mais, pois

Os preços para o corte de canas “bisadas” (assim entendidas aquelas que, tendo atingido suas ideais condições para o corte, tenham ficado pendentes de uma safra para outra), e de cana crua para moagem e para plantio, negociados entre as partes, nos locais de trabalho, sendo facultada a participação dos representantes sindicais dos trabalhadores. Em não havendo acordo, a participação desses é garantida, caso solicitada pelos trabalhadores. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO SETOR CANAVIEIRO GOIANO, 2010, p.10).

Essa seria uma questão necessária de organização para que os trabalhadores não se “matem” literalmente em busca de cortar mais cana para aumentar o seu rendimento mensal. Os sindicatos costumam interferir em casos *estritamente* necessários, seria a lógica de livre mercado predominando nas relações trabalhistas, da qual nessa relação o empregador - produtor se estabelece frente à fragilidade dos mecanismos de defesa dos trabalhadores. Nesse contexto, sem se darem conta de que estão sendo tratados como máquinas, esses trabalhadores alimentam falsas expectativas de que, trabalhando mais, estarão ganhando mais e poderão ter condições melhores de vida.

Nesse sistema exploratório, os trabalhadores, para perfazerem mais rendimentos, estão de fato antecipando sua morte, em vista do grande dispêndio de energia e desgaste físico, que não têm reposição à altura dos ganhos alcançados.

Sendo que as reais condições de trabalho no campo são maquiadas, por meio do discurso da certificação, da empresa que se preocupa com a qualidade ambiental, com a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Determinadas empresas se aproveitam estrategicamente da figura de fornecedores, que contratam os “gatos”, os quais, por sua vez, contratam os “subgatos”, que se deslocam a fim de aliciar os trabalhadores. Os “gatos” buscam regiões do país com características de precariedade de vida, pois assim esses têm maior facilidade para “vender sonhos” para esses homens e mulheres que anseiam por melhores condições de vida. Quando esses aliciadores não vão até esses lugares, ligam para algum conhecido, alguém de “confiança”, e pedem para reunir a turma de trabalhadores e encaminhar para as usinas.

As condições em que muitos desses trabalhadores chegam até as empresas agroindustriais canavieiras do Centro-oeste são seriamente questionáveis. Muitos deles viajam em condições subumanas sem segurança e sem qualquer garantia.

Sobre as condições precárias que esses trabalhadores estão expostos, Oliveira (2007) revela que essa precarização ocorre em uma dimensão plena, visto que

Vê-se, pois, que, no universo social e de trabalho em que a maioria desses trabalhadores é inserida, as condições de vida e de trabalho são extremamente precarizadas. A precarização não se revela somente nas condições de moradia, de alimentação e de trabalho, mas também nas relações sociais. (OLIVEIRA, 2007. p.71).

Os trabalhadores nordestinos são preferidos pelas usinas do Centro-Oeste, não apenas porque falta mão-de-obra local, mas, sobretudo por estes apresentarem mais resistência física e maior “submissão” às condições impostas. Sobre isso Oliveira (2009) confirma que essa predileção ocorre porque esses são menos politizados, mais susceptíveis aos ditames do capital e, portanto menos ameaçadores do ponto de vista reivindicativo de direitos do que os trabalhadores locais.

Ainda, no Estado de Goiás, uma questão observada contraria a Convenção Coletiva de Trabalho no Setor Canavieiro Goiano, da qual diz que os trabalhadores

devem ser naturais e dos municípios dos quais a cana esta instalada, como discorre a cláusula décima - sétima

Os empregadores rurais darão preferência à contratação de trabalhadores dos municípios sedes das usinas e destilarias, do local da cana plantada e dos municípios vizinhos, desde que estes trabalhadores retornem ao seu município ao final da jornada diária de trabalho. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO SETOR CANAVIEIRO GOIANO, 2010, p.17).

A Convenção Coletiva do Setor Canavieiro Goiano (2010) ainda normatiza a “eventual” contratação de trabalhadores em municípios de outros Estados ou regiões, sendo que o empregador deverá consultar nos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios da área produtora para saber da disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho. Entretanto, no Estado de Goiás, inúmeros trabalhadores canavieiros são oriundos do nordeste do Brasil, o que aumenta o contingente populacional de migrantes no território goiano. Esses trabalhadores refletem nas estatísticas que somam de forma drástica para a marginalização dos nordestinos.

Isso ocorre porque muitas empresas/grupos estão fazendo uso de mão-de-obra migrante, sob a alegação de que falta mão-de-obra local nas frentes de expansão. A verdade é que os trabalhadores dos municípios não enxergam o trabalho nos canaviais como um bom trabalho. Ou seja, os trabalhadores dos municípios não querem ser cortadores de cana, e então as usinas se organizam das maneiras irrisórias, como os gatos, e vão iludir os trabalhadores de regiões pobres, como o nordeste do Brasil. Outro critério para a contratação do trabalhador é descrito por Alves (2006)

Não são necessariamente os que têm maior massa muscular, são os que têm maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, em alguns casos, e por um período que varia entre 8 a 12 horas de trabalho diário. (ALVES, 2006, p.93).

Pesquisando sobre as atividades diárias para cortar toneladas de cana-de-açúcar, descobriu-se que o trabalhador realiza as seguintes atividades:

- Corta a cana rente ao solo, despreendendo as varas das raízes;
- Corta a ponteira da cana, que é a parte de cima, onde estão as folhas verdes, que não têm sacarose e, portanto, não servem para as usinas;
- Transporta a cana cortada em cada rua para a rua central;

- Arruma a cana em montes ou esteirada na rua central;
- Abraça a cana-de-açúcar para cortar maior quantidade;
- Flexiona inúmeras vezes a coluna, as pernas e o abdômen;
- Realiza o movimento de referir podonsadas.

A foto 2 mostra um trabalhador dando podonsadas e o outro arrumando a cana.

Foto 2- Trabalhadores desferindo o golpe de podão e o outro flexionando a coluna para juntar a cana-de-açúcar cortada, no município de Itaberaí (GO)-GO-2011



Autora- SOUZA, F. E. de. (2011).

Constatamos que as atividades diárias de um cortador de cana-de-açúcar são extremamente cansativas. Alves (2006, p.94) ainda diz que um cortador de cana-de-açúcar pode ser comparado a um atleta corredor fundista, de longas distâncias, e não a um corredor velocista, de curtas distâncias.

Os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, tão necessária aos velocistas; para os fundistas, é necessário ter maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia entre 8 e 12 horas, em período de grande safra, pode ser até mais.

Ainda o autor afirma que um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros, caminha a distância de aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 66.666 golpes de podão (podonsadas) por dia de trabalho. Podemos pensar que esses dados são exacerbados,

mas ao analisar um dia de trabalho de um cortador de cana é possível notar que em muitos casos esses dados são até ultrapassados, uma vez que as usinas priorizam a contratação de trabalhadores que cortam acima de 10 toneladas por dia, o que implica em dizer que esses números praticamente dobram de valor.

Sobre o intensivo desgaste físico, no qual o trabalhador canavieiro está inserido, Xavier e Barone (2008) atribuem a

[...] extensividade da jornada, nas péssimas condições de trabalho, no transporte inadequado e inseguro, na negligência do capital em relação aos EPI's, no descumprimento dos contratos de trabalho e das normativas trabalhistas, na redução dos direitos sociais, nos alojamentos insalubres e desconfortáveis, que servem de abrigo para os trabalhadores, sobretudo os migrantes. (XAVIER E BARONE, 2008 p. 6).

O cortar de cana demanda um esforço que chega a ser desumano. Tal esforço acarreta em uma cruel realidade, em que a atividade do trabalhador canavieiro, constituído pelo excesso de trabalho, leva a dores no corpo, câimbras, falta de ar, desmaios e muitas mortes.

As vestimentas que os trabalhadores usam fazem com que os trabalhadores transpirem abundantemente e percam muita água junto com os sais minerais, levando a desidratação e a frequente ocorrência de câimbras

Na foto 3 observamos alguns dos instrumentos de trabalho que o cortador de cana-de-açúcar faz uso.

Foto 3–Trabalhadores uniformizados no canavial no município de Inhumas (GO)-2011



Autora- SOUZA, F. E. de. (2011).

Notamos que o trabalhador utiliza o facão, o podão, a lima e a bainha do facão, além dos equipamentos de segurança: botas com bico de ferro, blusa com manga comprida, chapéus, luvas e óculos.

Nessa foto o que se destaca são os óculos e as vestimentas que não estão em bom estado de conservação, denunciando que essas não são trocadas com regularidade pela empresa.

Segundo o sindicato dos trabalhadores rurais do município de Itaberaí (GO) e de acordo com a Convenção Coletiva do Setor Canavieiro Goiano (2010) esses instrumentos devem ser oferecidos gratuitamente pela empresa, que tem como obrigação trocá-los periodicamente. Entretanto é comum o prolongamento do uso e até mesmo a falta desses. Vale ressaltar que os usos desses equipamentos são de suma importância para a segurança do trabalhador, uma vez que ao adentrar no canavial, o contato com a cana machuca, e esses equipamentos servem para proteger, não só de arranhões, mas de lesões sérias.

Partes dos equipamentos estragam rápido e não são substituídos como se vê na foto 4, levando o trabalhador a se expor a acidentes de trabalho.

Foto 4-Botas de um cortador de cana do município de Itaberaí (GO)- 2010



Fonte - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO). (2008).

É importante lembrar que não é fornecido nenhum tipo de treinamento para o manuseio desses utensílios, o que seria necessário, visto o risco de amputação e até morte desses trabalhadores. Assim, pensando nesses riscos e na fragilidade de incidência relacionadas à saúde no canavial, é necessária uma política de assistência médica, entretanto, nem fora e nem dentro do canavial existe uma assistência médica. No caso do trabalhador se sentir mal, ele é encaminhado para o hospital mais próximo, levado pela empresa de carro, o que nem sempre ocorre, valendo a lei da omissão.

Existem várias incidências de moléstias que atingem o trabalhador canavieiro, das quais são: congestão devido o trabalhador não ter um período apropriado para as refeições, e se alimentando aos poucos para não parar de cortar cana buscando sempre produzir; é frequente também a incidência de desmaios, devido o grande esforço físico feito para cortar determinada quantidade, além de câncer de pele, que mesmo com roupas compridas não impedem a incidência dos raios solares. Enfim, o trabalhador canavieiro trabalha sujeitando-se as péssimas condições de trabalho no corte da cana colocando em risco a sua saúde. Esse ocupa uma posição de subalternidade e seu “papel” no agronegócio da cana-de-açúcar é imprescindível para a acumulação de capital.

É nítido que o trabalhador canavieiro está inserido, atrás dos canaviais, ocupando posição inferior em relação a produção de cana-de-açúcar. Esse sujeito no cenário atual de produção de cana, impulsionado pela produção de etanol se tornou um sujeito oculto.

Esse é o retrato de superexploração do trabalhador canavieiro. Que é constituído por elementos que tem a finalidade já pensada para extrair aquilo que o capital sucroalcooleiro deseja.

Diante desse quadro de superexploração, que o trabalhador canavieiro é subjugado, podemos afirmar que uma palavra que descreve as relações do trabalhador canavieiro, é a palavra desumana. Não só pelo excesso de trabalho, no qual o cortador almeja ganhar mais, não só pelas condições nas quais o trabalhador se sujeita no corte da cana, nem muito menos só pela falta de políticas públicas que de fato legitimem e garantam os direitos dos trabalhadores assalariados no campo, mas, também pela posição subalterna que esse trabalhador está inserido no agronegócio da cana-de-açúcar, posição essa que de fato o coloca nesse contexto sucroalcooleiro, no entanto, o coloca

como mera mão-de-obra, superexplorada no sistema desse agronegócio ligado a cana-de-açúcar.

Tais relações de trabalho assalariado no campo constroem o que Oliveira (1989) define como uma dinâmica com intenso número de trabalhadores expulsos do campo e esses trabalhadores acabam residindo nas cidades e voltam todo dia para trabalhar no campo, configurando assim uma migração em forma pendular. Isso implica em dizer que o campo possui dentre outros o modelo de trabalho, cujo alguns trabalhadores não residem no campo.

Ainda, esse trabalho é basicamente temporário, e a mecanização dessa cultura incorpora no seu conjunto poucos trabalhadores permanentes. Sobre isso Haesbaert afirma que

Como acontece hoje em setores cada vez mais amplos da indústria e do (setor) terciário, no chamado padrão capitalista “pós-fordista” ou de acumulação flexível, instalam-se também aqui a terceirização dos contratos e uma espécie de flexibilidade do trabalho que muito favorecem o empresário e agravam a condição desterritorializada do trabalhador. (HAESBAERT, 1997, p.145).

Em relação a desigualdade entre trabalhadores temporários e permanentes, essa situação cria diferenças na coexistência de uma minoria de trabalhadores permanentes, em condições materiais relativamente privilegiadas, com uma massa de trabalhadores temporários em condições de reprodução extremamente precárias (HAESBAERT, 1997, p.145).

A lavoura canavieira contribui decisivamente para o aumento deste contingente de trabalhadores assalariados temporários, uma vez muitos pequenos produtores vendem ou arrendam suas terras, são obrigados a se deslocar para as cidades da região em busca de trabalho.

Partindo desse cenário complexo, no qual engloba: território, agronegócio e trabalho assalariado, o campo ligado à cana-de-açúcar, a Geografia então tem um novo desafio, o de estudar as relações territoriais do agronegócio da cana-de-açúcar, tendo como objeto singular as relações com o trabalho no campo. A análise desse objeto singular de estudo se insere na Geografia do Trabalho, que nos dá teorias e metodologias que abarcam de maneira singular o trabalho em suas dimensões.

Vale ressaltar que as indagações com foco no trabalho assalariado no campo, são levantadas, desde quando o trabalho se estabeleceu como força propulsora da humanidade. Essas indagações surgem com o intuito de analisar não somente questões de ordem funcional, mas também questões de ordem humana, no qual constitui o trabalho e as relações que o implicam.

Desse modo de acordo com Thomaz Júnior (2007) a Geografia do Trabalho tem como fenômeno central de análise a categoria trabalho, que entende tanto a relação homem-meio como a relação sociedade-espço, partes indissociáveis de um mesmo processo. Assim

[...] com as atenções voltadas então para a dialética do processo social, o trabalho, sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, nesse seu ir sendo ou seu vir a ser está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade) formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societário [...]. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.32).

Com base nos preceitos da Geografia é possível realizar análises da monocultura da cana-de-açúcar na quais encontramos nessas análises, relações sociais entrelaçadas, que produz uma forma do trabalho assalariado no campo cheio de especificidade, o qual é objeto dessa pesquisa.

Esse trabalho assalariado no campo, aglutinado a produção da cana-de-açúcar, abre portas para uma “velha”- nova configuração da categoria trabalho, que tem como base as ações descritas por Mendonça (2004), das quais são:

1. O reaparecimento do trabalho em condições do trabalho escravo, sob condições extremamente precárias nas empresas rurais;
2. A adoção de formas de gestão flexíveis (participação nos lucros, trabalho em equipe, parcerias etc.) ao lado da precarização do trabalho e o não cumprimento dos direitos mínimos dos trabalhadores (carteira assinada, férias, 13º salário etc.). O que são evidências do paradoxo existente nas grandes empresas rurais;
3. Crescimento da subcontratação (trabalhadores temporários) com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar;

4. A crescente terceirização de algumas atividades, principalmente, as consideradas mais difíceis e menos rentáveis (serviços domésticos, segurança, manutenção das máquinas e implementos agrícolas etc.);

5. O incentivo a migração, patrocinado pelos empresários rurais e até mesmo o financiamento da vinda de trabalhadores para exercerem atividades periódicas nas empresas rurais. Observamos duas categorias de migrantes: uma oriunda dos Estados da região Sul (trabalhadores safristas) que ficam confinados em barracões nas empresas rurais. E outra, que não é incentivada, mas que chegam à procura de trabalho, quase sempre, oriundos do nordeste e que assumem o trabalho temporário, sendo contratados através da mediação dos gatos;

6. Fortalecimento das formas degradantes de trabalho (alojamentos precários, falta de equipamentos de segurança, condições de trabalho insalubres, alimentação inadequada, entre outros) para os trabalhadores safristas e de forma piorada para os trabalhadores temporários.

Ao apontar tais características, que constitui a produção e o trabalho assalariado no campo, referente a análise do cultivo de cana-de-açúcar, Mendonça (2004) expõe a forma pelas quais são constituídas as relações de trabalho entre o produtor e o cortador de cana-de-açúcar, destacando as características que compõem a dinâmica das relações trabalhistas no campo.

Diante da dinâmica das relações trabalhistas no campo, Fernandes e Welch (2008, p. 48) ressaltam que o “trabalhador é subalterno a esse modelo de desenvolvimento capitalista pelo fato de não possuir “poder” para impor outro modelo de correlação de forças com o capital”.

Ser subalterno neste contexto implica em estar dentro de um determinado processo, mas em escala inferior e insignificante. Escala essa, que é da exploração da força de trabalho, que não legitima garantias dignas de trabalho, minimizando os sujeitos que são força pulsante desse sistema.

Nessa reflexão, o objeto de estudo é o trabalhador canavieiro descrevendo os preceitos no qual está incumbida não como mera mão-de-obra, mas como trabalhador que faz parte de uma dinâmica do e no campo e que possui valor enquanto sujeito social.

Faz necessário diante da reflexão que busca valorizar o trabalho e mais ainda o trabalhador, realizar uma “leitura” da sociedade capitalizada que constitui o trabalho numa dinâmica de exploração. O trabalhador canavieiro inserido nessa ótica desenvolvida por elementos que o subjugam, depara-se com a superexploração construída para extrair tudo que for útil para o agronegócio sucroalcooleira.

Pensando em todas essas discussões que nos levam a uma análise, apresentamos algumas considerações pertinentes para o firmamento dos objetivos elucidados.

Considerações finais

Levantar algumas considerações não é concluir, mas sistematizar as análises levantadas em cada discussão realizada, buscando atender os objetivos. Avaliamos que não cabe concluir, pois Raffestin (1993, p.266) já dizia que “se existe alguém que, por excelência, nunca poderia nem deveria concluir uma obra, esse alguém é o autor”. Ele ainda questiona: “Como o autor fecharia, sem risco de erro, o espaço de significação que tentou construir”. (RAFFESTIN, 1993, p.266). Pensando então nessa reflexão de Raffestin (1993) apontamos algumas considerações a partir da pesquisa realizada.

O cultivo da lavoura de cana-de-açúcar produz impactos ambientais e sociais. Nesse sentido, no que se refere aos impactos sociais destaca-se o contexto de subalternidade que o trabalhador é posto. Enfocamos também que dentre as características que constituem a dinâmica das relações de trabalho estabelecidas na produção da cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO), a partir das relações de poder e suas implicações no território, destaca-se o uso do trabalhador canavieiro em um contexto de superexploração. Desse modo analisa que o agronegócio da cana no Estado de Goiás e no município de Itaberaí (GO) se constitui na apropriação do território sendo essa conflituosa para as culturas alimentícias, com os camponeses e com o território do trabalhador, tendo como principal característica a monocultura, a exploração e expropriação da mão-de-obra.

Essas características são bases para uma leitura que permiti o contato e estabelecimento de características das relações trabalhistas presentes no campo com base no assalariamento, ligadas ao agronegócio sucroalcooleiro. Assim, as relações de

trabalho na lavoura de cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO) vêm sendo marcadas principalmente por:

1. Falta de transporte adequado e sem segurança;
2. Falta de instalações sanitárias no campo;
3. Os trabalhadores fazem as refeições sem qualquer acomodação;
4. Falta de treinamento para utilização de utensílios de trabalho, de equipamentos de segurança e até sem condição de uso.
5. Jornadas de trabalho excessivas, que não permite descanso;
6. Incidências de doenças relativas à saúde do trabalhador, tais como: o câncer de pele e as dores de estômago.

Com base na estrutura agrária presente no cenário de expansão de produção agrícola no município de Itaberaí (GO), frisa-se que esse cenário nos permitiu uma análise *in locus* e por tal mais rica, contribuindo para uma reflexão destacando as formas de subalternidade que o trabalhador canavieiro está sujeito, no contexto da produção da monocultura da cana-de-açúcar inserida no agronegócio no município de Itaberaí (GO).

Ressaltamos que não homogeneizamos e nem propomos uma análise que se realiza com preceitos únicos, mas com embasamento teórico e com valorização da pesquisa em campo. Levando em conta essa afirmação, fica claro que o município de Itaberaí (GO) reproduz a dinâmica que desarticula o território dos trabalhadores para estabelecer o seu território expandindo assim os arranjos do capital no campo. Isso tende a mudar a conotação do campo de área com trabalho e vida em área de indústria e trabalho predominantemente assalariado. Esse cenário estabelece-se numa abrangência estadual e nacional do agronegócio sucroalcooleiro.

Assim, averiguamos que as relações de trabalho entre o produtor e o trabalhador braçal da cana são baseadas na subalternidade dos trabalhadores e essas relações de trabalho estabelecidas e constituídas nos canaviais do município de Itaberaí (GO) são desiguais e privilegiam o agronegócio em detrimento dos trabalhadores, sendo assim essas são características hegemônicas da dinâmica sucroalcooleira no cenário geral que envolve o agronegócio sucroalcooleiro.

Notas

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Goiás no ano de 2011, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em Geografia, sob orientação da professora Dr^o. Francilane Eulália de Souza.

² *Flex-fuel*: Carros movidos á álcool, gasolina ou a mistura dos dois combustíveis.

Referências

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? In: **Revista Saúde e Sociedade**, 2006. Vol.15, n^o3. p. 90-98. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget.>>. Acesso em: 20. Set. 2010.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/default.shtm> Acesso em 23. Set. 2010. Pág.151- 152.

BRUM, A. J. A. O complexo agroindustrial. In: BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Editora. Vozes, 1988. p. 104 – 109.

BLUMENSCHNEIDER, C. Fiscalização pune usinas de álcool. **Jornal O Popular**, Goiânia, 5 de out. 2010. Caderno Cidades, p. 4.

CONVENÇÃO COLETIVA DO SETOR CANAVIEIRO GOIANO. **26º Convenção Coletiva do Setor Canavieiro do Estado de Goiás**. Goiânia: Liberdade. 2010.

CONVENÇÃO COLETIVA DO SETOR CANAVIEIRO GOIANO. **27º Convenção Coletiva do Setor Canavieiro do Estado de Goiás**. Goiânia: Liberdade, 2011.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estudos e pesquisa: desempenho do setor sucroalcooleiro e os trabalhadores**. Ano 3. N^o 30. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20. Set. 2010.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Desnutrição como causa básica ou associada de morte: análise da qualidade da informação em mulheres em idade fértil**. Disponível em:<<http://www.fao.org/pdf/rbepid/v10n1/03.pdf>>. Acesso em 23. Abr. 2011.

FERNANDES, B. M; WELCH, C. A. O agronegócio da laranja na América Latina. In: FERNANDES, B. M. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1^o d. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRACIANO NETO, F. **Os problemas ecológicos da chamada moderna agricultura.** In: Questão agrária: crítica da moderna agricultura. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUIMARÃES, A. P. O. **Complexo Agroindustrial.** In: A crise Agrária. Rio de Janeiro: Editora. Paz e Terra 1979. p. 113 – 146.

GORDINHO, M. C. **Do álcool ao etanol:** trajetória única. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode=9E97665F-3A81-46F2-BF69>>. Acesso em 22. Nov. 2010.

GOIÁS. SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. **Anuário Estatístico-2010.** Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 15. Mai. 2011.

GOIÁS. SEPIN. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Estatísticas Municipais.** Disponível em: <www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 20. Ago. 2011.

GULLAR, F. **Os melhores poemas de Ferreira Gullar.** São Paulo: Global, 1983. p. 60.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade:** a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

KAGEYAMA, A. et al (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C., GASQUES, J. G., VILLA VERDE, C. M. (org.). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, n. 127, 1990, p.113-127. (Série IPEA).

MAPA - **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Disponível em: <<http://www.portaldogronegocio.com.br/conteudo.php?id=28788>>. Acesso em 11. Mar. 2011.

MARIN, J. O. B. **Crianças do trabalho.** Goiânia: UFG. 2005.

MARTINS, J. de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. 1995.p.151-166. In: MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.151-166.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. Vol. 1. 3 ed. Rio de Janeiro. 1975. Tradução: Reginaldo Sant'Anna.

MENDONÇA, M. R. A Urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. 2004. In: THOMAZ JÚNIOR, A. GONÇALVES, M. A. e OLIVEIRA, A. M. S. de. (org.) **Geografia e o Trabalho no Século XXI.** Presidente Prudente: Centelha, 2007. Vol. 3. 1º ed. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 20. Set. 2010.

OLIVEIRA, A. M. S. de. A Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil. 2007b. p. 54 – 74. In: THOMAZ JÚNIOR, A. GONÇALVES, M. A. e OLIVEIRA. A. M. S. de. **Geografia e o Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2007. Vol. 3. 1º ed. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 20. Set. 2010.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro para o trabalho**. 2009. 615 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo. Disponível em:< <http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em 21. Nov. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil. 2007.p.54 – 83. In: THOMAZ JÚNIOR, A. GONÇALVES, M. A. e OLIVEIRA. A. M. S. de. **Geografia e o Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2007. Vol. 3. 1º ed. Disponível em: < <http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 20. Set. 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993. Tradução: Maria Cecília França.

SILVA, J. H. da. Um perfil da expansão canavieira no Alto Paulista. **Revista Pegada**. vol. 10 n.1. Junho/2009. p. 1-20.

SOUZA, F. E. de. **O papel da Geografia escolar para o fortalecimento do campesinato no município de Goiás**. 2011. 228f. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo. (não publicado).

SRTE/GO - **Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás**
Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/delegacias/go/sgcnoticiaDRT.asp?IdConteudoNoticia=6142&PalavraChave=escravo,%20grupo%20movel>>. Acesso em 20. Out. 2010.

XAVIER, L. C. F. e BARONE, L. A. A territorialização do trabalho no corte da cana no Pontal Paranapanema – São Paulo: Notas de uma pesquisa. In: **Revista Pegada**. vol. 9. nº 21. 2008. p. 1-12.

Recebido em 08/10/2012 Aceito para publicação em 09/06/2013.
